

PE-087 - ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS, NO PERÍODO DE 2013 A 2020, DA LEUCEMIA LINFOCÍTICA AGUDA EM CRIANÇA NO BRASIL

Eduardo Beltrame Martini¹, Thiago Kingeski Andreoli¹, Bruna Rossetto¹, Aline Aiolfi¹, Vítor Bordin Schmidt¹

1 - Universidade Luterana do Brasil, ULBRA.

Introdução: A leucemia linfocítica aguda (LLA), caracterizada pela proliferação desenfreada de linfócitos imaturos e anormais, é uma doença maligna dos linfoblastos B ou T. Embora, na população infanto-juvenil seja o tipo mais prevalente de câncer, fazendo parte de um terço de todas as neoplasias malignas, a maioria das crianças e adolescentes em tratamento chegam à cura. **Objetivo:** O objetivo do trabalho é analisar, estatisticamente, os perfis epidemiológicos da Leucemia Linfocítica Aguda (LLA), no Brasil, entre os anos de 2013 e 2020. **Métodos:** Estudo epidemiológico, cujas informações contidas foram obtidas por meio de uma revisão da literatura e de uma coleta no banco de dados do DataSus - Painel-Oncologia Brasil, no período de 2013 a 2020, referente a Leucemia Linfocítica Aguda em crianças no território brasileiro. **Resultados:** Durante o período analisado foram registrados 9.813 diagnósticos de Leucemia Linfocítica Aguda, sendo 2020, com 1.273, o ano com maior número de casos e 2017 o de menor, com 1.167. A região Sudeste foi a com maior registro de casos, com 35,77%, sendo o estado de São Paulo o com maior prevalência, com 21,6%. No que tange o perfil epidemiológico dos pacientes diagnosticados, a maior incidência foi na faixa etária entre 2 e 4 anos, com 30,54% dos casos. A prevalência é baixa em crianças menores de 1 ano e, após os 4 anos, diminui progressivamente, alcançando a menor incidência aos 19 anos. O sexo masculino é o de maior prevalência, com 59,18% dos diagnósticos. A modalidade terapêutica de preferência foi a quimioterapia, sendo utilizada para o tratamento de 91,63% dos pacientes. **Conclusão:** A partir da análise realizada, foi possível identificar o perfil epidemiológico dos pacientes diagnosticados com LLA. Esses dados são imprescindíveis a fim de promover um diagnóstico precoce, reduzindo desfechos negativos e gastos públicos.

PE-088 - ÓBITOS INFANTIS POR ESPINHA BÍFIDA: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DO RIO GRANDE DO SUL NA ÚLTIMA DÉCADA

Thaís Caporlingua Lopes¹, Giulia Parmeggiani Zampieri¹, Cristiano do Amaral de Leon¹

1 - Universidade Luterana do Brasil, ULBRA.

Introdução: As anomalias congênitas constituem importante causa de morbimortalidade infantil no Brasil. Dentre essas, os defeitos de fechamento do tubo neural apresentam alta prevalência - 1:1000 nascimentos - especialmente, a espinha bífida (EB). Por isso, desde 2013, o Conselho Federal de Medicina recomenda a reposição periconcepcional de ácido fólico, pois segundo a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia há redução em até 75% do risco de nascimento com anencefalia e EB. **Objetivo:** Analisar os dados coletados com o intuito de traçar possível perfil epidemiológico dos óbitos infantis por EB no Rio Grande do Sul (RS), no período de 2010-2019. **Método:** Pesquisa de caráter epidemiológico e descritivo a partir de dados coletados de óbitos infantis no RS, entre 2010-2019, disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). **Resultados:** No período e na unidade de federação analisados, foram registrados 26 óbitos infantis por EB (0,69% do total de óbitos infantis, por malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas), mais frequentes: sexo feminino (53,9%), cor branca (80,7%), faixa etária materna 20-29 anos (46,1%), mães com escolaridade 8-11 anos (57,7%). Do total de óbitos, 19,2% no ano de 2018 e 57,7% evoluíram a óbito em 0-6 dias de vida, sendo 34,6% com menos de 24 horas. **Conclusão:** A EB deve ser enfrentada como um amplo problema de saúde pública, tendo conhecimento da significativa possibilidade de redução com o uso de ácido fólico. Constatou-se um perfil de gestantes de 20-29 anos, com escolaridade moderada, e maior prevalência de óbitos em ano recente, dessa forma, reforça-se a necessidade de enfatizar a profilaxia com ácido fólico no período periconcepcional, e instauração de políticas articuladas no Sistema Único de Saúde para ampliação da adesão à essa medida preventiva.